

Introdução

Este trabalho pretende dar continuidade ao projeto de pesquisa que desenvolvemos na dissertação de mestrado *Da disciplina ao controle: tecnologias de segurança, população e modos de subjetivação em Foucault*. Nossa investigação situa-se no domínio das relações das tecnologias de poder com a produção de modos de subjetivação. Partimos do pressuposto de que os processos de subjetivação são efeitos de tecnologias e práticas de poder, que estão em constante transformação. O exercício dessas práticas produz saberes que as reconfiguram e essas práticas, transformadas, geram novos saberes, criando assim uma relação circular ou de implicação recíproca entre saber e poder. Nossa intenção é investigar os modos de produção social de subjetividade nas sociedades contemporâneas e as tecnologias de poder que os produzem. Saber, poder e subjetivação, esses três temas interligados nos remetem aos trabalhos que durante anos foram desenvolvidos por Michel Foucault. É nessa medida que os seus estudos constituem a referência principal e o fio condutor deste projeto.

Pretendemos avaliar as relações entre a governamentalidade neoliberal e as racionalidades e tecnologias que envolvem a noção de risco. Acreditamos que o problema do risco nos fornece elementos importantes para a investigação das estratégias e tecnologias de poder contemporâneas que visam conduzir ou governar as condutas de indivíduos e coletividades. O estabelecimento dos governos neoliberais não apenas transformou e integrou certas tecnologias de poder existentes, como introduziu outras estratégias e técnicas de governo. A consequência disso foi a produção de novas relações entre os modos pelos quais os indivíduos são governados e os modos através dos quais eles são induzidos a cuidar de si ou governar a si mesmos. A forma específica que a tecnologia de governo neoliberal vai dar a interação entre as práticas de governo dos outros e de governo de si vai nos permitir investigar as relações entre subjetividade e poder, ou seja, entre sujeição, subjetivação e resistência no interior daquela racionalidade governamental.

Nesta pesquisa, partimos da suposição de que há uma afinidade, um parentesco entre as racionalidades e tecnologias de risco e a racionalidade neoliberal ou ‘liberal avançada’. Essa forma de governamentalidade tem como pressuposto necessário a criação de condições sociais e políticas que possibilitam a produção do *homo œconomicus*, o qual implica uma forma específica de subjetivação – o empresário de si constituído por seu capital humano. Trata-se de produzir um mundo de indivíduos autônomos, de sujeitos livres, empreendedores de suas próprias vidas, responsáveis por suas escolhas – escolhas que serão determinadas pelos cálculos dos custos e benefícios, dos danos e dos ganhos. Esse modo de determinação das escolhas e ações caracteriza não apenas a racionalidade econômica, mas também a racionalidade implicada na avaliação e cálculos dos riscos.

O horizonte de nossa pesquisa é atravessado pela hipótese de que a governamentalidade neoliberal, através das tecnologias de governo que ela coloca em ação, nas sociedades contemporâneas, produz modos de subjetivação (governo dos outros, sujeição) mas também captura e integra os processos de subjetivação, as formas de governo de si, formas estas criadas inicialmente como modos de resistência. Acreditamos que a difusão dos discursos sobre os riscos, tanto na sua forma científica como sob a forma de informação difundida no campo social, é uma daquelas tecnologias, assim, pretendemos abordar o risco como um dispositivo (como conjunto de práticas, discursos, saberes, etc.) que produz efeitos nos processos de subjetivação, e como uma tecnologia específica de governo, que, apoiada em múltiplos procedimentos e técnicas de intervenção, busca conduzir as escolhas e ações possíveis de indivíduos e coletividades.

O ‘saber científico’ invade hoje as nossas vidas em todas as áreas, de forma que nossas escolhas em relação às nossas práticas cotidianas e maneiras de cuidarmos de nós são conduzidas para a salvação no sentido moderno. O bem-estar, a saúde, o vigor, a capacidade de produzir e consumir, no âmbito individual ou de uma população, dependem de hábitos, de informação, da educação e até mesmo do sistema de valores e crenças que permeiam e constituem esses indivíduos e essa população. Desse modo, a alimentação, a higiene, a ocupação e distribuição do tempo, a saúde e a doença, o lazer, o acesso à informação e todas as nossas práticas cotidianas, nosso modo de vida e maneira de cuidar de nós mesmos tornam-se objetos da tecnologia do risco.

A análise histórica que sustenta o nosso trabalho situa-se na perspectiva metodológica aberta por Foucault, para quem a análise histórica não é e não tem um fim em si mesma, ela não se organiza apenas com relação ao conhecimento do passado. Sendo a história, segundo o autor, um instrumento que permite colocar um problema que tem relação sempre com o presente. A história é então, o desvio, o recuo, a colocação em perspectiva necessária que possibilita traçar um “diagnóstico do presente”. História das problematizações que se opõe à história dos períodos, das épocas. Ao se acrescentar à análise histórica a dimensão política, torna-se possível proceder a uma análise do presente. A partir daí, algumas questões se apresentam: quais são os dispositivos de poder que determinam os contornos da atualidade? Quais são os modos de subjetivação produzidos pelas novas tecnologias de poder? Se admitirmos que vivemos num regime de ‘governamentalidade neoliberal’ e se admitirmos ainda que esse regime se sustenta, pelo menos em parte, na produção de um espaço de liberdade individual, na oferta crescente de possibilidades de escolhas e de comportamentos, poderíamos concluir que o *locus*, o ponto de investimento das tecnologias de poder, das tecnologias políticas seria precisamente o modo como o indivíduo vai moldar sua atividade livre e operar suas escolhas? Considerando esse contexto, que formas de resistência podem ser criadas a partir das tecnologias de poder a que estamos submetidos? E isso porque se trata, segundo Foucault, de buscar nas técnicas de si a transformação e a força necessárias para “romper as regras no ato mesmo que as coloca em ação” (Foucault, 1982a/2001a, p. 1.041).

Pretendemos ainda investigar as relações entre subjetivação e resistência, a partir das técnicas de si e da noção de liberdade tal como foram propostas nos últimos trabalhos de Foucault. Partimos do princípio de que foi o conceito de governamentalidade, identificado com o campo estratégico das relações de poder, com o domínio das ações que buscam modificar e conduzir as condutas dos outros, que permitiu a Foucault deslocar a ênfase de suas investigações das técnicas de dominação para as técnicas de si. Tal deslocamento teria ocasionado um enfraquecimento da intensa relação de determinação entre sujeição e subjetivação – com a introdução das técnicas de si, já não era mais possível pensar os processos de subjetivação primordialmente como efeitos das técnicas de dominação e sujeição. “Se quisermos analisar a genealogia do sujeito na civilização ocidental, é preciso considerar não apenas as técnicas de dominação, mas também as técnicas

de si. Devemos mostrar a interação que se produz entre esses dois tipos de técnicas.” (Foucault, 1981b/2001a, p. 990).

Nas Howison Lectures, no ano anterior, Foucault já havia sugerido que o que ele denomina ‘governo’ é a superfície de contato em que as técnicas de dominação e as técnicas de si interagem; superfície em que se trava a luta entre dominação e resistência. (Foucault, 1980b).

Pretendemos, assim, com este trabalho, por meio da investigação detalhada dos temas e conceitos indicados, delimitar de maneira mais precisa os contornos da racionalidade governamental neoliberal contemporânea e o modo de subjetivação nela implicado.